

No Brasil que é brasis, o evangélico é evangélicos

Maurício Zágari (*)

É cada vez mais comum ver na mídia em geral e no discurso popular referências a “os evangélicos”

Como se todos evangélicos brasileiros representassem um corpo único, coeso e homogêneo em seus valores, crenças e atitudes. Assim, na visão reducionista de grande parte da sociedade, todo evangélico seria, por exemplo, fundamentalista, homofóbico, anti-iluminista e politicamente alinhado. Essa generalização, porém, se baseia em uma visão historicamente equivocada, distanciada da realidade atual e que prejudica o entendimento da influência de “os evangélicos” nos rumos do Brasil.

No país de Bolsonaro e Damascos, se desejamos construir um diálogo realista, consciente e produtivo acerca da ação de “os evangélicos” na sociedade como um todo, é essencial que essa mesma sociedade compreenda o conceito “os evangélicos” de maneira nenhuma representa, hoje, uma identidade única, mas se refere a segmentos extremamente diferentes entre si, que pensam de modo divergente em uma enormidade de pontos e que, inclusive e infelizmente, frequentemente vivem em intensa oposição mútua.

Caso não haja essa compreensão, toda discussão acerca do papel de “os evangélicos” no dia a dia da nação será pautada — como tem sido — em caricaturas e estereótipos, e não nos fatos como eles se apresentam. Serão discussões desinformadas e, conseqüentemente, infrutíferas. O que se descortina a olhos mais bem informados é uma miríade de grupos diferentes, discordantes e antagônicos em questões que vão da teologia ao posicionamento político.

Embora o cidadão não evangélico, em geral, não se aperceba disso, para amplos setores entre “os evangélicos”, a igreja de Edir Macedo é uma seita, a teologia da prosperidade abraçada por pastores como Silas Malafaia é antibíblica e a maneira como Valdemiro Santiago lida com o dinheiro passa longe do cristianismo de Cristo. Frequentemente, aliás, o que se vê entre numerosos grupos de evangélicos é uma discordância declarada dessas personalidades midiáticas.

A polarização verificada entre a população brasileira durante a campanha presidencial de 2018 foi gritante entre os evangélicos. As redes sociais fervilharam com ofensas entre evangélicos progressistas e evangélicos conservadores, com abundância de ataques verbais, desqualificações, embates e tratativas mútuas que fariam Jesus corar de tristeza. Em muitos momentos, dói reconhecer, o modo como cristãos defenderam sua visão de cristianismo não foi nada cristão. O resultado incluiu o fim de amizades, o abandono de igrejas e o afastamento entre irmãos.

Durante a corrida eleitoral, foram frequentes as afirmações dogmáticas de evangélicos sobre a impossibilidade de ser cristão e ser de esquerda... ou de direita. Para uns, Bolsonaro era messiânico, para outros, era anticristão, a depender da ideologia de cada um. Fato é que a fé de amplos setores entre os evangélicos passou a se imiscuir de cores ideológicas, com uma interpretação de Cristo à luz da ideologia pessoal. Karl Marx e Adam Smith passaram a ter enorme peso no entendimento da fé de muitos. E a polarização se instalou entre “os evangélicos”.

Fato é que, hoje, um evangélico que procura manter sua fé acima da linha das paixões político-ideológicas assombra-se diariamente com as reações de evangélicos mais ideologicamente apaixonados às manchetes dos jornais. E vê com clareza as muitas divergências entre seus pares. Esqueça esse grupo imaginário e coeso intitulado “os evangélicos”. No Brasil que é brasis, o evangélico é evangélicos.

Se a sociedade e a mídia não se aperceberem disso e se posicionarem de acordo com essa percepção, viverão no desconhecimento, nas generalizações e no reducionismo — o que nunca ajudará a sociedade a compreender os fenômenos político-sociais em andamento no Brasil de hoje. E, infelizmente, sem essa compreensão, será impossível construir as pontes tão necessárias para a construção de um Brasil mais unido, justo e digno para todos — evangélicos ou não.

(*) - Membro da Igreja Cristã Nova Vida em Copacabana, é teólogo, escritor, editor e jornalista. Escreve em seu blog (apenas1.wordpress.com). Autor de 'O enigma da Bíblia de Gutenberg' e 'Oração e Comunhão', entre outros.

Especialistas alertam para riscos de patinetes

Veículos alternativos de transporte de passageiros, como os patinetes, podem ser uma maneira de diminuir o trânsito nas cidades, mas a segurança ainda é uma preocupação de especialistas que participaram de audiência pública no Senado. O debate foi feito pela subcomissão de Mobilidade Urbana, ligada à Comissão de Direitos Humanos.

André Kwak, representante da Grow, empresa que busca soluções de micromobilidade para as cidades, defendeu o uso de transportes individuais, como bicicletas e patinetes, para diminuir problemas de trânsito, poluição do ar e obesidade. Para ele, os carros, que deveriam ser o tipo de transporte menos priorizado, hoje ocupam o maior espaço nas cidades.

Yuriê Baptista César, representante da União de Ciclistas do Brasil, lembrou da necessidade de adaptação da infraestrutura urbana para os novos modais, como os patinetes. Para ele, o problema da inserção desse novo tipo de transporte é o fato de as cidades já não estarem preparadas para os ciclistas e pedestres e não se adaptarem para acolher quem não anda de carro.

Rosana Soares Néspoli, re-



Os veículos alternativos podem ser uma maneira de diminuir o trânsito nas cidades.

presentante do Detran de São Paulo, afirmou que o patinete é um meio que está se tornando mais frequente nas cidades e que tem agradado a população, mas disse acreditar que é preciso ter cautela sobre o risco de acidentes. Para ela, a introdução de um novo modal não pode ser feita à base de ensaio e erro.

O presidente da subcomissão, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou que é preciso regulamentar o tema. Ele quer fazer novas audiências para ouvir os usuários e os responsáveis pelo trânsito nas capitais. A intenção é definir diretrizes para que todos os municípios possam, depois, adequar as regras às suas especificidades (Ag.Senado).

Senadores falam em manter Coaf com Sergio Moro

Ainda é incerto no Senado o resultado da votação do projeto que trata da reforma administrativa do governo federal

O assunto, que é a prioridade do plenário na sessão deliberativa de hoje (28), é também alvo de disputa entre a Câmara e o Senado. O motivo tem a ver com o destino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf.

Sob o argumento de fortalecer o órgão, o texto original da MP proposta pelo governo transferia o Coaf do Ministério da Economia para a pasta da Justiça, mas os deputados decidiram que o órgão deve mesmo voltar para o controle da Economia. O governo teme que a MP não seja votada até 3 de junho e perca a validade. Na última quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro sinalizou que, para garantir a aprovação da reforma administrativa a tempo, abriria mão do Coaf com Moro.

Mas, no Senado, sobretudo após as manifestações populares de domingo (26), a avaliação de um grupo de senadores é de que o Coaf, sob a responsabilidade de Moro, é um anseio dos brasileiros. “Eu vejo como fundamental para o projeto Bolsonaro que se elegeu em cima



Senado vota hoje MP que trata da reforma administrativa e pode decidir destino do Coaf.

de duas bandeiras: combate à criminalidade e combate à corrupção”, disse o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), acrescentando que desistir da medida seria um “tiro no pé do governo”.

Na mesma linha, o líder do PP, senador Esperidião Amin (SC), disse ontem (27) que Moro é uma figura ligada diretamente ao combate à corrupção sistêmica no Brasil, com “reconhe-

cimento mundial” em função do trabalho que desempenhou na Operação Lava Jato. “Temos tempo. Se o Senado votar hoje, a Câmara analisa na quarta. Temos tempo, a Câmara sempre manda matérias em cima da hora para o Senado e votamos, não somos carimbadores”, afirmou.

Já a senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse que o placar da votação será apertado e im-

previsível. Para ela, há o risco de a reforma administrativa não ser aprovada a tempo. Um dos poucos a defender o Coaf nas mãos de Paulo Guedes foi o senador Humberto Costa (PT-PE). Segundo ele, o Senado deve confirmar o texto da Câmara que, lembrou, foi o mesmo aprovado pela Comissão Mista da MP 870 com deputados e senadores, na primeira etapa da tramitação do texto (ABR).

Projeto visa simplificar operação de transporte de carga

O projeto piloto do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) foi lançado ontem (27) pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em Vila Velha, no Espírito Santo. O DT-e vai simplificar procedimentos administrativos para evitar as longas filas e acabar com o tempo de parada nos postos de pesagem, nas operações de fiscalização e em procedimentos burocráticos, que hoje somam uma espera de seis horas em média.

Em postagem feita pela manhã, no Twitter, o ministro disse que a nova tecnologia tem por objetivo unificar cerca de 20 documentos, que são exigidos para operações de transporte de carga no país, “cortando burocracia, otimizando tempo e aumentando produtividade”. Tarcísio disse que o DT-e tem “potencial de elevar o PIB do setor em 20%”.

De acordo com o ministério, o projeto piloto será realizado no âmbito do sistema de monitoramento eletrônico conhecido como Canal Verde Brasil, que é regulado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que já funciona em 55 pontos no país com a utilização de balanças eletrônicas para a pesagem em movimento e em alta velocidade, instaladas pela ANTT em rodovias concedidas.

Proposta torna prédios públicos mais acessíveis

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado pode votar amanhã (29) projeto que estabelece regras para garantir a acessibilidade em prédios e equipamentos públicos. O texto torna obrigatório o chamado desenho universal, em que os prédios são projetados para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação.

De acordo com o projeto do ex-senador Hélio José (Pros-DF), todos os novos projetos de prédios, transporte, sistemas e tecnologias da informação e comunicação, além de equipamentos e instalações abertos ao público, tanto na zona urbana como na rural, deverão ser adaptados para que qualquer pessoa consiga acessá-los. O projeto busca atender à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelo Brasil em 2009.

Segundo o autor da matéria, as cidades brasileiras se apresentam hostis aos pedestres



A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) é a relatora do projeto.

em geral e às pessoas com mobilidade reduzida em particular. “São calçadas esburacadas, escorregadias, descontinuas, irregulares ou mesmo inexistentes. Há centenas de prédios públicos nos quais pessoas com deficiência não conseguem entrar ou mesmo serem atendidas”, disse Hélio José ao justificar o projeto.

A senadora Mara Gabrilli

(PSDB-SP), relatora da CDR, votou pela aprovação do projeto e sugeriu apenas uma emenda de redação, na qual substituiu a expressão “Estatuto da Pessoa com Deficiência” por “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”. Se aprovado, o texto pode seguir diretamente para a Câmara, caso não haja recurso para a análise do plenário (Ag.Senado).

Presidente do Irã sugere referendo sobre programa nuclear

Em meio a tensões com os Estados Unidos, o presidente do Irã, Hassan Rohani, defendeu que poderá realizar um referendo público sobre o programa nuclear de Teerã, informou a agência estatal “Irna”.

O referendo poderia fornecer cobertura política para o governo iraniano aumentar seu enriquecimento de urânio, proibido pelo acordo nuclear de 2015.

De acordo com o presidente, o método “pode tirar o país de um beco sem saída e abrir o caminho”. Rohani também afirmou que sugeriu em 2004 um referendo sobre o tema ao líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, mas apesar dele ter concordado, a eleição de Mahmoud Ahmadinejad o fez continuar por outro caminho.

No encontro com os editores dos principais jornais iranianos, Rohani acrescentou que é necessário “acabar com a guerra econômica o mais rápido possível, porque todo o sofrimento recai sobre o povo”. O chefe de Estado também convidou a imprensa a “estudar cuidadosamente” o artigo 134 da Carta Magna, segundo o qual é



Sugestão vem após Rohani ser criticado pelo aiatolá Khamenei.

o presidente quem “determina os programas do governo e aplica as leis”.

Nos últimos dias, Khamenei criticou publicamente Rohani e seu ministro das Relações Exteriores, Mohammad Javad Zarif, por repetidamente buscar o acordo nuclear de 2015, do qual os Estados Unidos se retiraram no ano passado. Além de defender a realização do referendo, o Irã enviou cartas para os líderes do Japão, Reino Unido, China e das nações da União Europeia informando

seu decisão.

“Se os cinco países se juntarem às negociações e ajudarem o Irã a alcançar benefícios no campo petrolífero e bancário, o Irã retomará os compromissos assumidos no acordo nuclear”, afirmou Rohani. Segundo o acordo, Teerã pode manter reservas que não ultrapassem mais de 300 quilos de urânio de baixo índice de enriquecimento. No entanto, o número é muito inferior aos 10 mil de urânio enriquecido que já possui (ANSA).

Aumento da idade limite para órfãos receberem pensão

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado deve votar amanhã (29), o projeto que aumenta de 21 para 24 anos o limite de idade para órfãos receberem pensão por morte. De autoria da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), é o sexto dos doze itens da pauta de votações da comissão. De acordo com a autora, interromper o benefício aos 21 anos não é “inteligente” e não “contribui para a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho”.

Acrescenta ainda que a maioria dos dependentes que completam 21 anos de idade entra na Justiça e consegue o deferimento da prorrogação do benefício até os 24 anos. O projeto tem voto favorável do relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE). Outra proposta obriga empresas com mais de 250 empregados a divulgar a diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres. A medida é inspirada em nova legislação trabalhista do Reino Unido. O texto acrescenta um artigo à CLT, prevendo que a empresa ou o empregador deverá divulgar as informações até o quinto dia útil do mês de abril de cada ano.

Os senadores também devem votar dois projetos de autoria do senador Romário (Pode-RJ). O que permite que pessoas com doenças raras saquem o FGTS. E o que amplia em cinco anos a duração da pensão por morte, quando o pensionista for cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência. Os relatores, senadores Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Paim (PT-RS), deram parecer favorável (Ag.Senado).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para (11) 3043-4171